PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2026– PROCESSO N.º 039.926/2026-52

EDITAL

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço, jantar e lanche), para os dirigentes e atletas participantes dos 88.º Jogos Abertos "Horácio Baby Barioni", que serão realizados na cidade de Votuporanga/SP, no período de 08 a 18 de outubro de 2026, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

IMPORTANTE:

• Data da Sessão Pública:
Dia: 10/09/2026 às 14h (horário de Brasília)

• Valor total estimado da Contratação:
Lote 01 - R$ 481.729,32

• Regime de execução:
Empreitada por preço global

• Critério de Julgamento:
Menor preço

• Modo de disputa:
Aberto e fechado

• Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim

- **Formalização de Consultas:**

E-mail: fupes@santos.sp.gov.br
Fones: (13) 3269-8860

- **Referência de Tempo**: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ÍNDICE

1. EDITAL:

SEÇÃO I

ITEM ASSUNTO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
✓ OBJETO
✓ ITEM ORÇAMENTÁRIO
✓ DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
✓ RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO
✓ REFERÊNCIA DE TEMPO

SEÇÃO II

ITEM ASSUNTO

✓ CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
✓ REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
✓ DA FASE DE JULGAMENTO
✓ DA FASE DE HABILITAÇÃO
✓ DOS RECURSOS
✓ DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
✓ FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
✓ CONDIÇÕES CONTRATUAIS
✓ DISPOSIÇÕES FINAIS

2. ANEXOS AO EDITAL:

2.1. Anexo I – Termo de Referência;
2.2. Anexo II – Relação dos documentos de habilitação;
2.3. Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;
2.4. Anexo IV – Modelo de Declaração para fins do disposto no artigo 68, Inciso VI, da Lei Federal n° 14133/2021;
2.5. Anexo V – Modelo de Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência ou para aprendiz;
2.6. Anexo VI – Modelo de Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal;
2.7. Anexo VII - Minuta de Contrato;
2.8. Anexo VIII – Memorial Descritivo;
2.9. Anexo IX – Planilha de Serviços e Preços;
2.10. Anexo X – Modelo de Lista de Contagem de Alimentações;
2.11. Anexo XI – Modelo de declaração nos termos e para os fins do disposto no § 1º do art. 98 da Lei Orgânica do Município de Santos;
2.12. Anexo XII – Instrumento de Constituição de Consórcio;
2.13. Anexo XIII – Termo de Compromisso de Consórcio.
2.14. Anexo XIV - Modelo de Declaração para fins do disposto nos artigos 42 a 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

P R E G Ã O E L E T R Ô N I C O N.º 05/2026

SEÇÃO I

A FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS, por intermédio do Diretor Presidente, e por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Municipal n.º 10.222, de 20 de outubro de 2023 e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na forma abaixo.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET, onde o acesso as informações é protegido por **HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure).**

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Fundação Pró-Esporte de Santos, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a Plataforma "BLL Compras" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (bllcompras.com).

1.3. Para fins de participação na licitação, ficam adotadas as seguintes definições:

a) cota de ampla participação: destinada à participação de todo e qualquer interessado que atenda à todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com valor total acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

b) cota exclusiva para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada exclusivamente à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com valor total até R$ 80.000,00;

c) cota reservada para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP): destinada a reserva de 25% (vinte e cinco por cento) da cota de ampla participação, à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), ou Cooperativa de Consumo (COOP), nos termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

2. OBJETO

2.1. A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

3. ITEM ORÇAMENTÁRIO

3.1. A descrição do item orçamentário consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolizar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através de campo próprio do sistema.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste Edital.

4.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação e ao pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

5.1. O interessado em participar do certame deverá observar a data e o horário da sessão pública, conforme previsto na folha de rosto, o que será o prazo limite para inserção da proposta.

6. REFERÊNCIA DE TEMPO

6.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

SEÇÃO II

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

7.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.

7.3. Em se tratando de consórcio, a participação de empresas fica condicionada, além das exigências gerais contidas neste Edital e das disposições da Lei Federal nº 14133/2021, ao atendimento dos seguintes requisitos:

a) poderão participar desta licitação as empresas em consórcio já constituído ou que tenham se obrigado a constituí-lo, através de Termo de Compromisso público ou particular de Constituição de Consórcio (Anexos XII e XIII deste Edital);

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Fundação;

c) cada empresa consorciada deverá apresentar a totalidade dos documentos exigidos para habilitação, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, sendo certo que a inabilitação de uma das empresas inabilita o consórcio;

d) as empresas reunidas em um consórcio ficarão impedidas de participar desta licitação integrando outro consórcio, ou de se apresentar isoladamente;

e) os integrantes do consórcio responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do Contrato;

f) para fins de aferição da qualificação econômico-financeira do consórcio, admite-se a soma do capital mínimo ou do patrimônio líquido das empresas que o integram, observada a proporção de sua respectiva participação, acrescida de 30 % (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira;

g) o acréscimo previsto na letra “f” deste item não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei;

h) no caso do consórcio formado nos termos deste Edital sagrar-se vencedor deste procedimento licitatório e, ser-lhe adjudicado o objeto do certame, as empresas que o integram deverão obrigatoriamente promover, antes da celebração do Contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea “a” acima;

i) eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão competente e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os esmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o Contrato.

7.4. Não poderão participar nesta licitação:

7.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

7.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.4.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

7.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

7.6. O impedimento de que trata o item 7.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.7. A critério da Fundação e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.4.2 e 7.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.9. O disposto nos itens 7.4.2 e 7.4.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.11. A vedação de que trata o item 7.5. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) responder os pedidos de esclarecimentos e eventuais impugnações apresentadas contra o edital, com o auxílio dos setores técnicos competentes;

b) determinar a abertura da sessão pública e promover seu adiamento, suspensão ou reativação, quando necessário, conforme decisão da autoridade competente;

c) analisar as propostas e desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos previstos no edital;

d) promover o desempate das propostas, quando o sistema eletrônico de licitação não o previr automaticamente;

e) processar a etapa de lances de acordo com a modalidade de licitação e com o sistema utilizado;

f) promover o exercício do direito de preferência afeto às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, quando for o caso;

g) negociar o valor do menor preço obtido ou condições mais vantajosas para a Fundação Pró-Esporte de Santos;

h) decidir motivadamente quanto à aceitabilidade do preço;

i) promover a habilitação;

j) recepcionar, analisar e se manifestar com relação aos recursos interpostos contra seus atos, encaminhando-os à autoridade competente, caso não reforme a decisão recorrida;

k) elaborar ata da sessão pública com o auxílio eletrônico;

l) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para a homologação.

– CREDENCIAMENTO –

8.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão nomear através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site bllcompras.com.

8.3. O acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e leilões do Brasil, devidamente justificado.

8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Fundação Pró-Esporte de Santos a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

– PARTICIPAÇÃO –

8.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

8.7.1. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

8.7.2. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida com a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil pelo telefone: (41) 3097-4600 ou e-mail: contato@bll.org.br

8.7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.8. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.9. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14133/2021, o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

8.10. A falsidade da declaração de que trata o item 8.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

8.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.13.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 8.13 terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias,** a contar da data de sua apresentação.

- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

8.17.O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.17.1 Valor total da proposta;

8.18. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.19. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.20. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, só sendo permitido alteração sob alegação de erro, quando este for visivelmente discrepante (por exemplo erro no lance ofertado).

- DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

8.21. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.22. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.22.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.23. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.24. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

8.25. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO**.

- DA ETAPA DE LANCES

8.26. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.27. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.28. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.29. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser ***de 05 (cinco) segundos.***

8.30. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.31. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.32. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.33. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.34. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.35. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.36. Após a etapa de envio de lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.37. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, se esta for empresa de maior porte, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.38. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.39. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

8.40. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.41. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.42. Em caso de eventual empate entre as propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14133/2021, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430/2023)

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.42.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.42.2 As regras previstas no item 8.42 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.43. Nesse procedimento será adotado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

- MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

8.44. Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o **modo de disputa "aberto e fechado",** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

8.44.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.44.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.44.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.44.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 8.44.2., poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.44.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

9.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Fundação Pró-Esporte de Santos.

9.2.1.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2.2 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.4. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.5. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no item 7.3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- ✓ Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

- ✓ Relação de apenados publicada mensalmente no Diário Oficial do Estado https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados

9.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. contiver vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Fundação Pró-Esporte de Santos;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Fundação Pró-Esporte de Santos.

9.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 9.8, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

9.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Fundação Pró-Esporte de Santos, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.12. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Anexo II do Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados exclusivamente por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **4 (quatro) horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no item 10.4.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata.

11.3. Quando o recurso apresentado referir-se ao julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A inexecução total ou parcial do Contrato, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a Contratada, sem prejuízo da rescisão do Contrato, às seguintes penalidades:

a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.1.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

12.1.2. A aplicação das penalidades ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, e no caso de sanção de multa, após defesa prévia do interessado.

12.1.3. No caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 12.1, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.1.4. No caso de aplicação da penalidade prevista na alínea "d" do item 12.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.1.5. Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

12.2. A advertência será aplicada exclusivamente quando der causa à inexecução parcial do Contrato.

12.3. A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes multas:

a) 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, em caso de inadimplemento total do ajustado;
b) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato, na hipótese de atraso no início ou conclusão dos serviços;
c) 30% (trinta por cento) sobre o valor remanescente do Contrato, no caso de inadimplemento parcial, ou seja, na hipótese de execução de serviços incompletos;
d) No caso de descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a CONTRATADA, do pagamento de indenização por perdas e danos, que eventualmente venha a dar causa.

12.5. A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados a Fundação Pró-Esporte de Santos, serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

12.6. A CONTRATADA desde logo autoriza o CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

12.7. O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado quando:

I – ocorrer a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Fundação Pró-Esporte de Santos, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II – ocorrer a inexecução total do Contrato;

III – não for entregue a documentação exigida para o certame;

IV - não for mantida a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não for celebrado o Contrato ou não for entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - houver o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VII -não for comprovada a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), e Cooperativa de Consumo (COOP), na licitação de lotes de cotas exclusivas ou reservadas (artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006):

12.8. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pelo Diretor Presidente quando ocorrer:

I – apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

II - fraude na licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Contrato;

III - comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza;

IV – prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

13.1. Decorrido o prazo para recurso e constatada a regularidade dos atos praticados, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor e o procedimento licitatório será homologado pela autoridade competente.

13.2. No caso de consórcio sagrar-se vencedor e ser-lhe adjudicado o objeto do certame, as empresas que o integram deverão obrigatoriamente promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea “a” do item 7.3 deste Edital.

13.3. Em seguida, o adjudicatário será convocado para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da data do recebimento da convocação.

13.4. A recusa injustificada à assinatura do Contrato, quando efetivada a convocação dentro do prazo de sua proposta, sujeita o licitante vencedor à multa de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato e, ainda, à penalidade de suspensão temporária de contratar e de licitar com a Fundação Pró-Esporte de Santos, pelo prazo de 12 (doze) meses.

13.4.1. Na sequência, o Pregoeiro poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos editalícios e habilitatórios e feita a negociação, declará-lo vencedor.

14. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Constam da Minuta anexa a este Edital (Anexo VII).

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Fundação Pró-Esporte de Santos, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Fundação Pró-Esporte de Santos não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Fundação Pró-Esporte de Santos.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico bllcompras.com.

Santos, 25 de agosto de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
VALDINA MARIA SANTOS D OLIVEIRA CRUZ
Data: 25/08/2026 17:37:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

VALDINA MARIA SANTOS D'OLIVEIRA CRUZ
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2026

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço, jantar e lanche), para os dirigentes e atletas participantes dos 88.º Jogos Abertos "Horácio Baby Barioni", que serão realizados na cidade de Votuporanga/SP, no período de 08 a 18 de outubro de 2026, atendendo a todos os requisitos, conforme abaixo:

LOTE 1
ITEM/DESCRIÇÃO
Prestação de serviços de fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço, jantar e lanche), para os dirigentes e atletas participantes dos 88.º Jogos Abertos "Horácio Baby Barioni", que serão realizados na cidade de Votuporanga/SP, no período de 08 a 18 de outubro de 2026, Conforme Memorial Descritivo e Planilha de Serviços e Preços, que constituem os Anexos VIII e IX, respectivamente do Edital.

1. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

1.1. Os serviços de fornecimento de alimentação deverão ser iniciados, imediatamente após o recebimento da Ordem de Execução dos Serviços expedida pela Diretoria Administrativo Financeira – DAF da Fundação Pró-Esporte de Santos.

1.2. As alimentações deverão ser preparadas na "COZINHA" e servidas no "REFEITÓRIO", a ser instalado pela Fornecedora dos Serviços, no Alojamento da Delegação Santista, na cidade de Votuporanga/SP. Ficará a CONTRATANTE responsável por enviar em tempo hábil à vencedora do certame, o endereço do Alojamento para sua logística.

1.3. As alimentações deverão ser servidas no estilo "self-service", em balcão térmico refrigerado (para salada e sobremesa) e balcão térmico quente, e a quantidade de alimentações servidas será contabilizada por pessoa, sem limite de repetição.

1.4. As quantidades máximas de alimentação se encontram estimadas nas planilhas abaixo:

	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	**total**
	Dia 07	**Dia** 08	**Dia** 09	**Dia** 10	**Dia** 11	**Dia** 12	**Dia** 13	**Dia** 14	**Dia** 15	**Dia** 16	**Dia** 17	**Dia** 18	
Café	-	40	270	270	450	450	450	450	430	400	400	200	**3810**

Almoço	40	40	240	240	450	500	500	500	400	400	400	200	**3970**
Jantar	40	40	270	270	450	500	500	500	400	400	400	-	**3770**
Kit Lanche	-	150	200	300	350	350	350	350	300	300	200	-	**2550**
Água mineral	**250 caixas com 48 unidades de copos 200 ml**												

1.5. O fornecimento das alimentações deverá ocorrer nos seguintes horários:

a) Desjejum: das 06h00 às 09h00;
b) Almoço: das 11h00 às 14h00;
c) Jantar: das 18h30 às 21h30;

1.5.1. No curso do evento, os horários acima previstos poderão sofrer eventual alteração ou ampliação dos períodos, mediante solicitação do representante da CONTRATANTE;

1.6. Em apartado ao refeitório, a Fornecedora dos Serviços deverá instalar ambiente, disponível para toda a Delegação Santista, para o fornecimento dos seguintes itens:

a) Diariamente, das 14h às 22h - Café (quente) e Chá Mate (gelado), e Água Mineral (natural e gelada), ininterruptamente;

b) Nas refeições, 02 (dois) Tipos de Suco Natural de Frutas, servido gelado, em refresqueira elétrica (suqueira), com variação dos tipos de fruta diariamente e inscrição do nome da fruta no recipiente respectivo;

1.7. O fornecimento dos kits lanches, marmitex e água mineral (copos 200 ml) serão solicitados pelo representante da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 03 (três) horas.

1.8. O CONTRATANTE será responsável pela fiscalização e inspeção verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-las, quando estas não atenderem as especificações constantes na proposta, o Diretor Técnico, Sr. Narciso dos Santos.

2. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO:

2.1. A cada entrega de refeição deverá ser elaborada a “Lista de Contagem de Alimentações”, em duas vias, devidamente assinadas por um representante de cada parte, conforme modelo que faz parte integrante deste Edital, como **Anexo X**.

2.2. Após o término do evento, a CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal / Fatura, discriminando o número de alimentações efetivamente fornecidas, por item, com a devida

aceitação do representante indicado pela CONTRATANTE, que a encaminhará ao setor competente para as providências. O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de emissão da nota de liquidação. Eventuais boletos encaminhados pelos contratados serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

3. DO PRAZO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, a contar da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021 e da minuta de contrato que constitui o Anexo VII deste Edital.

4.1. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão a conta das Dotações Orçamentárias nº: (20) 05.31.10.27.811.0094.2401.3.3.90.39.01.110.0000 – Fonte de Recurso: 01 - Tesouro.

ANEXO II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a seguinte documentação:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da composição da diretoria em exercício.

1.1.3.1. No caso de consórcio, além dos documentos de cada consorciado, exigidos neste Anexo, deverá ser apresentado termo de compromisso, público ou privado, de constituição de consórcio ou termo de constituição de consórcio, subscrito por todas as empresas consorciadas, conforme modelos constantes dos **Anexos XII e XIII respectivamente deste Edital**, do qual deverá constar:

a) indicação clara do nome e qualificação das consorciadas e participação de cada qual no consórcio, sem prejuízo de sua responsabilidade solidária;

b) indicação da empresa líder, que representará o consórcio perante a FUNDAÇÃO no decorrer do procedimento licitatório, podendo inclusive assumir obrigações perante as demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;

c) declaração de que confere ao líder amplos poderes para representar os consorciados na licitação, em especial: transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação.

1.1.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva**.**

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

1.1.5. Prova de inscrição no CNPJ.

1.1.6. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado do F.G.T.S.).

1.1.7. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União ou Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da

Fazenda Nacional – Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.8. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.9. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Mobiliários ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Finanças do Município, ou outro meio equivalente admitido por lei.

1.1.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de ***Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos*****,** expedida nas páginas eletrônicas do **Tribunal Superior do Trabalho** (Lei Federal nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1470 de 24 de agosto de 2011).

1.1.11. Declaração para fins do disposto no Artigo 68, Inciso VI, da Lei Federal n° 14133/2021, conforme Anexo IV.

1.1.12. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Artigo 63, Inciso IV e do Artigo 116, da Lei Federal nº 14133/2021, conforme Anexo V.

1.1.13. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do Artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14133/2021, conforme Anexo VI.

1.1.14. Declaração formal do licitante, nos termos e para os fins do disposto no § 1º do art. 98 da Lei Orgânica do Município de Santos, conforme modelo **Anexo XI**.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.1.15. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou de execução patrimonial do domicílio da pessoa física ou da firma individual, cuja data de emissão não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura desta licitação.

1.1.16. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômica da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

1.1.16.1. A comprovação de boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de

índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais que 1 (>=1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

1.1.16.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

1.1.16.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

1.1.16.4. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

1.1.16.5. Comprovação do cumprimento de um dos seguintes itens, cuja opção ficará a critério do licitante:

I – Capital mínimo de R$ 48.172,93 (quarenta e oito mil, cento e setenta e dois reais e noventa e três centavos), ou;

II - Patrimônio Líquido Mínimo de R$ 48.172,93 (quarenta e oito mil, cento e setenta e dois reais e noventa e três centavos).

1.1.16.5.1 No caso de consórcio, a soma do capital mínimo ou do patrimônio líquido das empresas que o integram, observada a proporção de sua respectiva participação, deverá ter acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

1.1.16.5.2. Não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas o acréscimo previsto no item anterior.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1.17. Certidão de Registro e Regularidade CRR (emitida pelo Conselho Regional de Nutrição - CRN), da empresa licitante e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s), em vigor;

1.1.18. Atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado, em nome do licitante, que comprove(m) a aptidão para preparo de refeições ou serviço similar, comprovando a execução de serviços em quantitativos mínimos de 3.870 unidades, equivalente a 50% dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância e valor significativo desta licitação, as quais são os itens 2 e 3 da Planilha de Preços e Serviços.

2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por verificação de autenticidade via internet.

3. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, serão considerados válidos os emitidos até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de abertura desta licitação, exceção feita ao item 1.1.15 e 1.18 deste Anexo.

4. Todos os documentos deverão se reportar à sede ou à filial que participou da licitação e que executará o contrato.

4.1. No caso da licitante desejar que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

a) que o ato constitutivo da licitante (matriz) conste expressamente a filial;

b) que a licitante informe que o objeto será executado pela filial, quando então deverá ser comprovada a regularidade fiscal de ambos os estabelecimentos, com a apresentação das certidões necessárias.

ANEXO III - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2026– PROCESSO N.º 039.926/2026-52

PROPOSTA COMERCIAL

Fornecedor: .....CNPJ: .....

Inscrição Estadual: ..... Endereço: .....

Bairro: ..... CEP:..... Cidade: .....

Estado: ..... Telefone: ..... e-mail:.....

Pelo presente formulamos proposta comercial para prestação de serviços de fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço, jantar e lanche), para os dirigentes e atletas participantes dos 88.º Jogos Abertos "Horácio Baby Barioni", que serão realizados na cidade de Votuporanga/SP, no período de 08 a 18 de outubro de 2026, de acordo com as condições do Edital que rege a presente licitação, nos seguintes termos:

LOTE 1

DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR TOTAL
1.1	SERVIÇO	

Valor total do Lote 01: R$_____(_____).

No valor acima estão incluídas todas as despesas originárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Observação: Deverá ser anexada Planilha de Serviços e Preços.

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Data ...../...../.....

_____

Assinatura do representante legal/carimbo

ANEXO IV - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2026– PROCESSO N.º 039.926/2026-52

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA - Decreto 4.358, de 05.09.2002

EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA

Ref.: (05/2026)

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

_____
(data)

_____
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2026– PROCESSO N.º 039.926/2026-52

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 63 e art.116 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____
(data)

_____
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VI - Modelo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2026– PROCESSO N.º 039.926/2026-52

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no § 1, do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

_____
(data)

_____
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VII- MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039.926/2026-52

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTOS E A EMPRESA ---------- PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, JANTAR E LANCHE), PARA OS DIRIGENTES E ATLETAS PARTICIPANTES DOS 88.º JOGOS ABERTOS "HORÁCIO BABY BARIONI", QUE SERÃO REALIZADOS NA CIDADE DE VOTUPORANGA/SP, NO PERÍODO DE 08 A 18 DE OUTUBRO DE 2026.

Pelo presente instrumento, de um lado a **FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS**, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, com sede em Santos/SP, na Avenida Rangel Pestana n.º 184, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.450.928/0001-30, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **Sr. Frederico Luiz Monteiro**, e de outro lado a empresa ....., com sede na Av./Rua ..... nº _____ inscrita no C.N.P.J. sob nº...../....., neste ato representada por seu ,_____ - UF, doravante designada simplesmente CONTRATADA, e por esta última na forma de sua representação, foi dito que tendo sido aceita a proposta que apresentara para a prestação de serviços de fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço, jantar e lanche), para os dirigentes e atletas participantes dos 88.º Jogos Abertos "Horácio Baby Barioni", que serão realizados na cidade de Votuporanga/SP, no período de 08 a 18 de outubro de 2026, conforme especificação contida no Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2026, Processo Administrativo nº 039.926/2026-52, da Fundação CONTRATANTE, cujo teor declara expressamente conhecer e aceitar, e sendo-lhe adjudicado o respectivo objeto, vem assinar o presente instrumento, concordando com os termos e as condições, pelos quais desde já se obriga:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de prestação de serviços de fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço, jantar e lanche), para os dirigentes e atletas participantes dos 88.º Jogos Abertos "Horácio Baby Barioni", que serão realizados na cidade de Votuporanga/SP, no período de 08 a 18 de outubro de 2026, que deverá obedecer ao Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2026 e à proposta apresentada pela CONTRATADA, aos quais este contrato fica vinculado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital de licitação e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: O presente Contrato vigorará pelo período de 03 (três) meses, a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS / DO LOCAL / DO REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços de fornecimento de alimentação deverão ser iniciados, imediatamente após o recebimento da Ordem de Execução de Serviços expedida pela Diretoria Administrativo-Financeira – DAF da Fundação Pró-Esporte de Santos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As alimentações deverão ser preparadas na "COZINHA" e servidas no "REFEITÓRIO", a ser instalada pela Fornecedora dos Serviços, no Alojamento da Delegação Santista, na cidade de Votuporanga/SP. Ficará a CONTRATANTE responsável por enviar em tempo hábil à vencedora do certame, o endereço do Alojamento para sua logística.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As alimentações deverão ser servidas no estilo "self-service", em balcão térmico refrigerado (para salada e sobremesa) e balcão térmico quente, e a quantidade de alimentações servidas será contabilizada por pessoa, sem limite de repetição.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As quantidades máximas de alimentação se encontram estimadas na planilha abaixo:

	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	**total**
	Dia 07	**Dia** 08	**Dia** 09	**Dia** 10	**Dia** 11	**Dia** 12	**Dia** 13	**Dia** 14	**Dia** 15	**Dia** 16	**Dia** 17	**Dia** 18	
Café	-	40	270	270	450	450	450	450	430	400	400	200	**3810**
Almoço	40	40	240	240	450	500	500	500	400	400	400	200	**3970**
Jantar	40	40	270	270	450	500	500	500	400	400	400	-	**3770**
Kit Lanche	-	150	200	300	350	350	350	350	300	300	200	-	**2550**
Água mineral	**250 caixas com 48 unidades de copos 200 ml**												

PARÁGRAFO QUARTO: O fornecimento das alimentações deverá ocorrer nos seguintes horários:

a) Desjejum: das 06h00 às 09h00;
b) Almoço: das 11h00 às 14h00;
c) Jantar: das 18h30 às 21h30;

PARÁGRAFO QUINTO:- No curso do evento, os horários acima previstos poderão sofrer eventual alteração ou ampliação dos períodos, mediante solicitação do representante da CONTRATANTE;

PARÁGRAFO SEXTO: Em apartado ao refeitório, a Fornecedora dos Serviços deverá instalar ambiente, disponível para toda a Delegação Santista, para o fornecimento dos seguintes itens:

a) Diariamente, das 14h às 22h - Café (quente) e Chá Mate (gelado), e Água Mineral (natural e gelada), ininterruptamente;

b) Nas refeições, 02 (dois) Tipos de Suco Natural de Frutas, servido gelado, em refresqueira elétrica (suqueira), com variação dos tipos de fruta diariamente e inscrição do nome da fruta no recipiente respectivo;

PARÁGRAFO SÉTIMO: O fornecimento dos kits lanches, marmitex e água mineral (copos 200 ml) serão solicitados pelo representante da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 03 (três) horas.

PARÁGRAFO OITAVO: O CONTRATANTE será responsável pela fiscalização e inspeção verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-las, quando estas não atenderem as especificações constantes na proposta, a Diretor Técnico da Fundação Pró-Esporte de Santos, Sr. Narciso dos Santos**.**

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO: Pelo fornecimento das refeições objeto deste instrumento, a CONTRATANTE pagará os valores unitários e totais abaixo especificados:

Item	Quantidade Fornecida	Valor Unitário	Valor Total
Desjejum	**3810**		
Almoço	**3970**		
Jantar	**3770**		
Kit Lanche	**2550**		
Água mineral copos com 200ml	250 cx com 48 unid.		
Mão de obra	1		
Valor total			

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A cada entrega de refeição deverá ser elaborada a "Lista de Contagem de Alimentações", em duas vias, devidamente assinadas por um representante de cada parte, conforme modelo que integra o presente Instrumento como Anexo III.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Após o término do evento, a CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal / Fatura, discriminando o número de alimentações efetivamente fornecidas, por item, com a devida aceitação do representante indicado pela CONTRATANTE, que a encaminhará ao setor competente para as providências. O pagamento será efetuado em 20 (vinte) dias corridos contados a partir da data de emissão da nota de liquidação. Eventuais boletos encaminhados pelos contratados serão tidos como inexistentes para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO: Atribui-se ao presente contrato o valor total de R$ .....(.....).

PARÁGRAFO ÚNICO: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Na execução dos serviços, a Contratada obriga-se a:

I - Cumprir fielmente o ajustado, fornecendo os produtos em perfeitas condições de consumo e executando os serviços descritos na Cláusula Primeira deste instrumento e Anexo I – Memorial Descritivo;

II - Prestar os serviços de fornecimento de alimentação no local e condições estipulados na Cláusula Segunda deste Contrato e no Memorial Descritivo – Anexo I;

III. Arcar com todos os tributos, que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o serviço contratado, bem como arcar com todas as despesas incidentes sobre o objeto deste Contrato;

IV. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

V. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento;

VI. Realizar a substituição imediata de todos os alimentos/bebidas em que se verificar a não condição de consumo, ou fora do prazo de validade;

VII. Cumprir e comprovar, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021);

VIII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o inciso acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

IX. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, acomodação e alimentação dos funcionários; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: O Contratante obriga-se a:

I - Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento do presente Contrato;

II - Atestar a Nota Fiscal/ Fatura, quando em conformidade com o presente Edital, encaminhando-a ao setor competente para as providências relativas ao pagamento;

III - Fiscalizar a execução do ajuste, verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao especificado, providenciando a emissão da "Ordem de Execução de Serviços";

IV - Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: A inexecução total ou parcial do Contrato, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a Contratada, sem prejuízo da rescisão do Contrato, às seguintes penalidades:
I) advertência;
II) multa;
III) impedimento de licitar e contratar;
IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A aplicação das penalidades ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, e após defesa prévia do interessado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de aplicação das penalidades previstas nos incisos "I", "II" e "III" do caput, caberá apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de aplicação da penalidade prevista no inciso "IV" do caput, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo à Contratada.

PARÁGRAFO SEXTO: A advertência será aplicada exclusivamente na hipótese de inexecução parcial do Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes multas:

I) 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, em caso de inadimplemento total do ajustado;

II) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato, na hipótese de atraso no início ou conclusão dos serviços;

III) 30% (trinta por cento) sobre o valor remanescente do Contrato, no caso de inadimplemento parcial, ou seja, na hipótese de execução de serviços incompletos;

IV) No caso de descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a CONTRATADA, do pagamento de indenização por perdas e danos, que eventualmente venha a dar causa.

PARÁGRAFO NONO: A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados a Fundação serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A CONTRATADA desde logo autoriza o CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicado quando:

I – ocorrer a inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Fundação, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II – ocorrer à inexecução total do Contrato;

III – não for entregue a documentação exigida para o certame;

IV - não for mantida a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não for celebrado o Contrato ou não for entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - houver o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VII - não for comprovada a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), e Cooperativa de Consumo (COOP), na licitação de lotes de cotas exclusivas ou reservadas (artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123/2006):

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada pelo Diretor-Presidente quando ocorrer:

I – apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

II - fraude na licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Contrato;

III - comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza;

IV – prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL: Este Contrato poderá ser extinto de pleno direito, unilateralmente, a juízo exclusivo do CONTRATANTE, independente de notificação judicial ou extrajudicial, conforme os artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO: A fiscalização deste Contrato será exercida pelo CONTRATANTE, através da Diretoria Técnica, sob a responsabilidade do Diretor Técnico, Sr. Narciso dos Santos, e o gerenciamento através da Diretoria Administrativa e Financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária n.º (20) 05.31.10.27.811.0094.2401.3.3.90.39.01.110.0000 – Fonte de Recurso: 01 – Tesouro, suplementada se necessário, e Nota de Empenho n.º ...../ 2026, emitida em ___ / ___ / 2026.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: As partes deste instrumento deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709 de 14 de gosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para propósito de execução e acompanhamento deste ajuste, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta avença, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO: Aplica-se à execução deste Contrato e, especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO: Será competente o foro da Comarca de Santos para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem assim de pleno acordo assinam presente instrumento, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 05/2026, na presença de duas testemunhas que são ..... para que surtam os efeitos legais, pelo que eu, ... o digitei, dato e assino.

Santos, ___ de _____ de 2026.

CONTRATANTE	**CONTRATADA**
TESTEMUNHA	**TESTEMUNHA**

ANEXO VIII
MEMORIAL DESCRITIVO

O fornecimento da alimentação para os dirigentes e atletas participantes dos **88.º Jogos Abertos "Horácio Baby Barioni"** que serão realizados na cidade de Votuporanga/SP, no período de 08 a 18 de outubro de 2026, deverá obedecer às seguintes condições:

As alimentações deverão ser preparadas na "COZINHA" e servidas no "REFEITÓRIO", a ser instalados pela Fornecedora dos Serviços, no Alojamento da Delegação Santista, na cidade de Votuporanga/SP. Ficará a CONTRATANTE responsável por enviar em tempo hábil à vencedora do certame, o endereço do Alojamento para sua logística.

2. As alimentações deverão ser servidas no estilo "self-service", em balcão térmico refrigerado (para salada e sobremesa) e balcão térmico quente, e a quantidade de alimentações servidas será contabilizada por pessoa, sem limite de repetição.

2.1. As quantidades máximas de alimentação se encontram estimadas na planilha abaixo:

	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	**total**
	Dia 07	**Dia** 08	**Dia** 09	**Dia** 10	**Dia** 11	**Dia** 12	**Dia** 13	**Dia** 14	**Dia** 15	**Dia** 16	**Dia** 17	**Dia** 18	
Café	-	40	270	270	450	450	450	450	430	400	400	200	**3810**
Almoço	40	40	240	240	450	500	500	500	400	400	400	200	**3970**
Jantar	40	40	270	270	450	500	500	500	400	400	400	-	**3770**
Kit Lanche	-	150	200	300	350	350	350	350	300	300	200	-	**2550**
Água mineral	**250 caixas com 48 unidades de copos 200 ml**												

2.2 O fornecimento das alimentações deverá ocorrer nos seguintes horários:
2.2.1 Desjejum: das 06h00 às 09h00;
2.2.2 Almoço: das 11h00 às 14h00;
2.2.3 Jantar: das 18h30 às 21h30;

2.2.4 No curso do evento, os horários acima previstos poderão sofrer eventual alteração ou ampliação dos períodos, mediante solicitação do representante da CONTRATANTE;

2.2.5 Em apartado ao refeitório, a Fornecedora dos Serviços deverá instalar ambiente, disponível para toda a Delegação Santista, para o fornecimento dos seguintes itens:

a) Diariamente, das 14h às 22h - Café (quente) e Chá Mate (gelado), e Água Mineral (natural e gelada), ininterruptamente;

b) Nas refeições, 02 (dois) Tipos de Suco Natural de Frutas, servido gelado, em refresqueira elétrica (suqueira), com variação dos tipos de fruta diariamente e inscrição do nome da fruta no recipiente respectivo;

2.2.6 O fornecimento dos kits lanches, marmitex e água mineral (copos 200 ml) serão solicitados pelo representante da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 03 (três) horas.

2.3 Todos os alimentos utilizados na elaboração das refeições deverão ser de Primeira Qualidade, especialmente:

2.3.1 Arroz – (arroz branco agulhinha - tipo 1);
2.3.2 Feijão – (feijão carioquinha - tipo 1);
2.3.3 Carne Bovina: alcatra para bifes, lagarto e coxão duro para assar, patinho para moer e bife a rolê;
2.3.4 Carne Suína: pernil e filé mignon;
2.3.5 Carne de Frango: peito para filés e estrogonofe, e sobrecoxa para assar;
2.3.6 Carne de Peixe: pescada, tilápia (saint peter) para filés.

2.4 A Fornecedora dos Serviços deverá apresentar um NUTRICIONISTA responsável pela execução dos serviços, com poderes de representação, para orientação sobre os procedimentos na manipulação dos gêneros, preparação e distribuição dos alimentos no alojamento, assegurando a qualidade dos serviços.
2.4.1 A qualidade dos alimentos e demais produtos utilizados, o seu armazenamento e o preparo das alimentações, poderá ser objeto de permanente fiscalização, por meio de NUTRICIONISTA especialmente designado(a) pela CONTRATANTE para esse fim.

2.5 A CONTRATANTE responderá apenas pelo pagamento das alimentações efetivamente fornecidas, conforme apurado pelo sistema de controle próprio.

2.6 Ao término de cada refeição deverá ser elaborada a lista de contagem de alimentações, em duas vias, devidamente assinadas por um representante de cada parte.

2.7 O total das quantidades máximas estimadas não poderá ser ultrapassado.

2.8 O contrato será formalizado pelo valor total máximo estimado, com base nos valores unitários propostos para cada item de alimentação, conforme fórmula abaixo:
(3810 x valor unitário do item “desjejum”) + (3970 x valor unitário do item “almoço”) + (3770 x valor unitário do item “jantar”) + (2550 x valor unitário do item “Kit lanche”) +

(água mineral (250 caixas c/ 48 unidades de copos 200ml) x valor unitário) + mão de obra (1 + valor total do item) = valor total máximo estimado.

2.9. Na Proposta dos Licitantes, a fórmula acima será representada pelo preenchimento do Quadro de Preços, conforme modelo abaixo:

Item	Quantidade Máxima Estimada	Valor Unitário	Valor Total Estimado
Café (desjejum)	**3810**	"preencher"	"preencher"
Almoço	**3970**	"preencher"	"preencher"
Jantar	**3770**	"preencher"	"preencher"
Kit Lanche	**2550**	"preencher"	"preencher"
Água mineral copos com 200ml	250 cx com 48 unid.	"preencher"	"preencher"
Mão de Obra	1	"preencher"	"preencher"
Valor Total Máximo Estimado	-	-	"preencher"

2.10 Após o término do evento, a emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá observar a seguinte fórmula: (quantidade de alimentações no item "desjejum" fornecidos x valor unitário respectivo) + (quantidade de alimentações no item "almoço" fornecidos x valor unitário respectivo) + (quantidade de alimentações no item "jantar" fornecidos x valor unitário respectivo) + (quantidade de alimentações no item "kit lanche" fornecidos x valor unitário respectivo) + (água mineral (..... caixas c/ 48 unidades de copos 200ml) x valor unitário respectivo) + mão de obra = valor total

3. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE:

3.1 Transportar o seu próprio pessoal, bem como todo o material (equipamentos, utensílios e mantimentos), necessários para a execução dos serviços;

3.2 Proceder à instalação e montagem da "COZINHA", responsabilizando-se pelas ligações hidráulica, elétrica e de gás, e do "REFEITÓRIO", e garantindo o isolamento de ambas as áreas, bem como, ao final dos serviços, realizar a respectiva desmontagem, deixando o local limpo e em ordem, com a presteza necessária para não comprometer as atividades da entidade que fornecer o espaço;

3.3 Fornecer, dentre outros que forem necessários, os seguintes materiais: fogão industrial, forno industrial, freezer, geladeira industrial, balcão térmico refrigerado (para salada e sobremesa) e balcão térmico quente, refresqueiras elétricas (suqueiras), bujões térmicos, garrafas térmicas, sanduicheiras elétricas industriais, torradeiras elétricas, panelas, bules, manteigueiras, galheteiros, açucareiros, jarras de vidro, jarras de inox, potes de vidro, potes de inox, pratos de louça (mesa e sobremesa), travessas de vidro, travessas de inox, bandejas de inox, pegadores de inox, talheres de inox, cestas de vime, copos e

guardanapos descartáveis, toalhas de pano e toalhas plásticas sobrepostas para forrar as mesas dos refeitórios;

3.4 Fornecer o gás necessário para a preparação dos alimentos;
3.5 Utilizar apenas gêneros alimentícios de primeira qualidade, sendo proibido o reaproveitamento dos alimentos;
3.6 Fornecer todos os gêneros alimentícios, temperos e adoçantes;
3.7 Fornecer todo o material de limpeza adequado;
3.8 Preparar as refeições na cozinha instalada no alojamento da Delegação Santista, destinando local apropriado para devolução de louças sujas e lavagem de louças, devidamente separada da área do balcão de alimentação;
3.9 Fornecer uniformes adequados para os seus funcionários, tais sejam: avental, touca, boné, chapéu de cozinheiro, camisa branca, avental de brim e PVC, jaleco branco, bota de PVC e crachá com nome e função;
3.10 Manter sempre limpa a área de cocção, estoque e do refeitório;
3.11 Observar que todos os itens sejam repostos antes de findarem.

4. A contratada será responsável pela disponibilização de refeições prontas em embalagens térmicas descartáveis adequadas (marmitex), e utilização de equipamentos isotérmicos de transporte (caixas térmicas, bags ou similares), devidamente higienizados, exclusivos para o transporte de alimentos prontos, em conformidade com a Portaria CVS nº 5/2013.

5. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA:
5.1 Disponibilizar alojamento dos funcionários (masculino e feminino);

6. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE:
6.2 Disponibilizar área para estoque de material e alimentos.

7. As alimentações deverão ser elaboradas com a seguinte especificação:
7.1 DESJEJUM: o respectivo “buffet” deverá ser composto dos seguintes alimentos:

- Café (quente);
- Leite Tipo A – Semi Desnatado, quente e frio;
- 02 Tipos de Suco Natural de Frutas, servido gelado;
- Achocolatado em pó;
- Pão francês;
- Pão de forma;
- Manteiga com sal;
- Queijo prato;
- Queijo branco;
- Iogurte natural ou de frutas;
- Presunto cozido sem capa de gordura;
- Ovos mexidos;
- Biscoitos – salgados e doces;
- 03 tipos de frutas da época;
- Cereal - tipo granola;
- Geléia de frutas;
- Mel.

7.1.1 Os pães deverão ser servidos em cestas de vime ou recipientes de vidro ou inox, devidamente forrados com toalhas próprias para este fim;
7.1.2 O iogurte natural ou de frutas deverá ser servido em jarras de vidro ou inox;
7.1.3 Os queijos prato e branco, e o presunto cozido sem capa de gordura, deverão ser servidos em balcão refrigerado, com duas cubas, devendo servir o presunto fatiado em uma cuba e os queijos fatiados na outra;
7.1.4 Os ovos mexidos deverão ser servidos em balcão térmico quente, devendo servir os ovos mexidos em uma cuba;
7.1.5 As frutas deverão ser servidas fatiadas, em recipientes de vidro ou inox, sendo um recipiente para cada tipo de fruta (Por exemplo: melancia, mamão, melão, etc);
7.1.6 O cereal - tipo granola, deverá ser servido em recipientes de inox ou vidro com a inscrição "GRANOLA";
7.1.7 As geleias de frutas deverão ser servidas em recipientes de vidro ou inox com a inscrição do nome do sabor da geleia;
7.1.8 O mel deverá ser servido em recipientes de vidro ou inox com a inscrição "MEL";
7.1.9 Deverão ser disponibilizadas, no mínimo, 02 (duas) sanduicheiras elétricas industriais e 02 (duas) torradeiras elétricas, durante o desjejum;

7.2 KIT LANCHE: cada kit lanche deverá ter a seguinte composição:

- 01 Sanduiche – tipo Misto Frio (pão de leite ou similar/pão de forma, com queijo e presunto);
- 01 Fruta – tipo Banana ou Maça (para o atleta escolher);
- Suco caixinha (200 ml) – servido gelado;

7.3 ALMOÇO E JANTAR: cada refeição deverá ser servida em balcão térmico refrigerado (para salada e sobremesa) e balcão térmico quente, com a seguinte composição:
7.3.1 *BUFFET* DE SALADAS E LEGUMES, com uma mesa composta por 06 (seiso) itens, servidos separadamente. (Por exemplo: alface crespa, alface americana, rúcula, agrião, escarola, espinafre, vagem, cenoura, beterraba, couve-flor, berinjela, chuchu, pepino, tomate, ervilha e milho);
7.3.2 ARROZ E FEIJÃO, na forma tradicional;
7.3.3 02 (dois) Tipos de Suco Natural de Frutas - servido gelado, em refresqueira elétrica (suqueira), com variação dos tipos de fruta diariamente e inscrição do nome da fruta no recipiente respectivo;
7.3.4 Água Mineral (natural e gelada);
7.3.5 01 (um) Tipo de Fruta, que deverá ser servida fatiada em recipiente próprio, com variação do tipo de fruta, diariamente, vetada a repetição do mesmo tipo de fruta no almoço e no jantar;
7.3.6 SOPA – exclusivamente em cada refeição de JANTAR, deverá ser servida uma variação de sopa, por exemplo: sopa de feijão, sopa de legumes, canja de galinha, creme de cebola e creme de ervilhas;
7.3.7 QUEIJO RALADO – deverá ser servido como acompanhamento opcional para as

massas;

7.3.8 No período, deverá ser obedecido o seguinte CARDÁPIO:

Dia 07/10/2026

Almoço:

- Carne Assada com Molho Madeira
- Frango Grelhado
- Purê de Batata
- Penne com Calabresa e Rúcula

✓ Gelatina de Morango

Jantar:

- Bife a Cavalo
- Frango em Tiras com Cebola e Cenoura
- Macarrão Alho e Óleo
- Lasanha de Brócolis e Tomate

✓ Pudim de Leite

Dia 08/10/2026

Almoço

- Peixe a Portuguesa com Virado de Banana
- Kibe de Forno Recheado com Queijo
- Batata Doce ao Curry
- Macarrão com Molho Branco

✓ Manjar de Coco com Calda de Ameixa

Jantar

- Fricassê de Frango
- Bife Acebolado
- Macarrão de Forno com Presunto e Queijo
- Legumes Salteados na Manteiga

✓ Pavê de Limão

Dia 09/10/2026

Almoço:

- Picadinho de Carne
- Frango Xadrez com Molho Inglês
- Macarrão Parafuso com Brócolis e Ovo
- Batata Rústica

✓ Mousse de Maracujá

Jantar:

- Carne Assada na Manteiga de Ervas
- Peixe Grelhado
- Lasanha a Bolonhesa
- Purê de Abóbora

✓ Flan de Baunilha

Dia 10/10/2026

Almoço:

- Sobrecoxa Crocante
- Bife a Rolê
- Espaguete Alho e Óleo
- Couve Flor Gratinada com Presunto e Queijo

✓ Doce de Leite com Creme de Limão

Jantar:

- Bife a Pomodoro
- Peixe Assado com Molho de Ervas
- Nhoque de Batata
- Repolho Refogado com Bacon e Cheiro Verde

✓ Gelatina Colorida

Dia 11/10/2026

Almoço:

- Filé de Frango a Parmegiana
- Barco de Abobrinha com Carne Moída
- Rigatoni na Manteiga de Ervas
- Batata Chips

✓ Pudim de Pão com Coco

Jantar:

- Bife de Filé Mignon Suíno com molho de queijo
- Filé de Frango Empanado
- Creme de Milho
- Penne na Manteiga com Brócolis

✓ Bolo Molhado de Chocolate com Recheio

Dia 12/10/2026

Almoço:

- Strogonoff de Frango

- Bife em Tiras com Cebola e Champignon
- Macarrão Talharim na Manteiga de Ervas
- Batata Palha
- Purê de mandioquinha

✓ Romeu e Julieta

Jantar:

- Bife a Rolê
- Frango Assado
- Macarrão ao Sugo
- Legumes no Vapor

✓ Mousse de Morango

Dia 13/10/2026

Almoço:

- Peixe Assado com Molho de Limão
- Frango no Forno com Molho de Laranja
- Penne ao Molho Pesto
- Farofa de Banana

✓ Doce de Abóbora com Coco

Jantar:

- Frango a Parmegiana
- Bife a Cavalo
- Macarrão ao Molho Rosê
- Salada de Batata com Ovos

✓ Arroz Doce com Açúcar Queimado

Dia 14/10/2026

Almoço:

- Pernil Suíno Assado
- Carne Moída Gratina com Abobrinha
- Macarrão Rigatoni com Molho Bechamel
- Purê de abóbora

✓ Gelatina com Abacaxi e Creme de Leite

Jantar:

- Lagarto com Molho Madeira
- Peixe Grelhado
- Couve Flor a Milanesa
- Macarrão Talharim ao Molho Bolonhesa

✓ Pudim de Pão com Coco

Dia 15/10/2026

Almoço

- Carne de Panela com Batata e Cenoura
- Frango a Rolê
- Lasanha de Presunto e Queijo
- Abobrinha Refogada com Ovo

✓ Salada de Frutas

Jantar:

- Picadinho de Carne
- Frango em Cubos com Cenoura
- Macarrão Parafuso com Molho de Calabresa
- Farofa de Cebola

✓ Bolo de Coco Molhado

Dia 16/10/2026

Almoço:

- Peixe Assado com Molho de Limão
- Pernil Assado
- Salada de macarrão com Azeitonas
- Batatas Rústicas

✓ Mousse de Chocolate

Jantar:

- Filé de Peixe Empanado
- Filé Mignon Suíno Refogado
- Nhoque ao Pomodoro
- Couve Flor Gratinada com Ovos

✓ Ceme de Morangos com Calda de Frutos Vermelhas

Dia 17/10/2026

Almoço:

- Frango em Cubos com cebola
- Lagarto Assado
- Macarrão com Molho de Beterraba e Tomate
- Salada de Feijão Branco com Cenoura e Rabanete

✓ Creme de Chocolate com Calda de Morango

Jantar:

- Panqueca de Frango e Queijo com Molho de Tomate
- Carne Assada com Batata

- Polenta Temperada
- Omelete
- ✓ Pudim de Leite

Dia 18/10/2026

Almoço:
- Peixe Assado com Molho de Leite de Coco
- Carne Moída com Legumes
- Batata Canoa Assada com Alecrim
- Ravioli com Molho de Tomate e Alho-Poró
- ✓ Gelatina de Morango

Jantar:
- Strogonoff de Carne
- Frango Crocante
- Chips de batatas
- Macarrão à Bolonhesa
- ✓ Doce de Leite com Chocolate

CARDÁPIO OPCIONAL EXTRA 01

Almoço:
- Salpicão de Frango
- Carne Assada com Molho Madeira
- Suflê de Legumes
- Rondelli
- ✓ Creme de Paçoca com Chocolate

Jantar:
- Coxa e Sobrecoxa Assada com Batata
- Bife Acebolado
- Macarrão com Brócolis e Ovos no Azeite
- Batata com Alecrim
- ✓ Manjar Branco com Calda de Ameixas

CARDÁPIO OPCIONAL EXTRA 02

Almoço:
- Rolê de Frango
- Pernil com Batatas
- Salada de Macarrão Parafuso com Presunto
- Cenouras Caramelizadas
- ✓ Mousse de Limão

Jantar:

- Sobrecoxa no Forno com Molho de Laranja
- Peixe ao Molho de Espinafre
- Farofa de Banana
- Nhoque de Batata Doce
- ✓ Brigadeiro de Colher

CARDÁPIO OPCIONAL EXTRA 03

Almoço:

- Frango Gratinado
- Pernil Assado
- Maionese da Casa
- Macarrão com Molho Bechamel
- Mousse de Morango

ANEXO IX - PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2026 - Processo n.º 039.926/2026-52

Prestação de serviços de prestação de serviços de fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço, jantar e lanche), para os dirigentes e atletas participantes dos 88.º Jogos Abertos "Horácio Baby Barioni", que serão realizados na cidade de Votuporanga/SP, no período de 08 a 18 de outubro de 2026.

PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS				
88.º JOGOS ABERTOS		**VOTUPORANGA/SP**		**AGOSTO/2026**
				MOEDA: REAL
ITEM	**SERVIÇOS**	**Quant**	**PREÇO**	
			UNITÁRIO	**TOTAL**
1	Café da manhã (Desjejum)	3.810	R$ 23,54	R$ 89.687,40
2	Almoço	3.970	R$ 32,47	R$ 128.905,90
3	Jantar	3.770	R$ 32,47	R$ 122.411,90
4	Kit Lanche	2.550	R$ 19,72	R$ 50.286,00
5	Água mineral copos com 200ml (caixas com 48 unidades)	250	R$ 91,60	R$ 22.900,00
7	Mão de Obra	1	R$ 67.538,12	R$ 67.538,12
TOTAL			Valor Total Máximo Estimado	**R$ 481.729,32**

ANEXO X

MODELO DA "LISTA DE CONTAGEM DE REFEIÇÕES"

Contrato n.º XX/2025 - FUPES.
Processo n.º 039.926/2026-52
Pregão Eletrônico nº 05/2026

LISTA DE CONTAGEM DE REFIÇÕES

Data: _____ / _____ / 2026;

Café: _____

Almoço: _____

Jantar: _____

Kit Lanche: _____

Água Mineral:_____

Quantidade: _____ (_____)

Alguma Alimentação individual deixou de ser fornecida na forma contratualmente prevista?
( ) NÃO
( ) SIM, (preencher quantidade e motivo):

_____
_____
_____
_____

_____
CONTRATANTE

_____
CONTRATADA

( ) o representante da CONTRATADA recusou-se a assinar o presente Formulário.

ANEXO XI - MODELO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026– PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039.926/2026-52

DECLARAÇÃO NOS TERMOS E PARA OS FINS DO DISPOSTO NO § 1º DO ARTIGO 98 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Emenda à Lei Orgânica do Município nº 078/2017

EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA

==========

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no § 1º do art. 98 da Lei Orgânica do Município de Santos, que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho;

b) cumpre a legislação específica sobre creches nos locais de trabalho;

c) não comete práticas discriminatórias de origem, raça, cor, credo e ideologia no âmbito de suas atividades.

.....
(data)
.....
(representante legal)

ANEXO XII

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

_____(consorciada)_____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/M.F. sob nº _____, representada neste ato por seu _____, Sr. _____ e _____(consorciada)_____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de _____, Estado _____, representada na presente oportunidade por seu _____, Sr. _____, ajustam e convencionam pelo presente a constituição de CONSÓRCIO para fins adiante, que será pelos mesmos cumprido, bem assim por seus sucessores a qualquer título, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - DO OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a constituição de CONSÓRCIO entre as partes signatárias, em cumprimento ao compromisso apresentado no Pregão Eletrônico nº XX/2026, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço, jantar e lanche), para os dirigentes e atletas participantes dos 88.º Jogos Abertos "Horácio Baby Barioni", que serão realizados na cidade de Votuporanga/SP, no período de 08 a 18 de outubro de 2026, sendo que, para o cumprimento das obrigações decorrentes do firmamento de contrato originário de tal procedimento licitatório, as partes comprometeram-se a emprestar recíproca colaboração profissional e técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA- NATUREZA JURÍDICA: O consórcio ora formalizado não se constitui nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta de seus membros.

CLÁUSULA TERCEIRA: DENOMINAÇÃO: Apenas para o fim exclusivo de relacionamento com a contratante da avença antes declinada, convenciona-se chamar-se as empresas subscreventes como CONSÓRCIO _____/_____, de modo a facilitar o tratamento.

CLÁUSULA QUARTA – ENDEREÇO: O CONSÓRCIO tem como endereço a Rua: _____, na cidade de _____, Estado _____, sede da Empresa _____nome da empresa líder_____ .

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE DURAÇÃO: O presente instrumento vigorará pelo tempo necessário à execução da totalidade do objeto do contrato na Cláusula Primeira, sendo sua duração de ..... (.....) meses, ou até a conclusão do objeto licitado.

CLÁUSULA SEXTA – LIDERANÇA: Fica instituída como líder do consórcio a empresa _____, a qual são conferidos amplos poderes de representação, inclusive para receber pagamentos relativos ao Contrato citado na Cláusula Primeira, assinar recibos, dar quitação, etc.

CLÁUSULA SÉTIMA: PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO:

I- Convenciona-se que, para a execução do Objeto do contrato mencionado na cláusula Primeira, a cada uma das consorciadas, sob a coordenação da empresa líder, competirá:

A) à _____(nome da consorciada), executar:

a.1) _____

a.2) _____

B) à _____(nome da consorciada), executar:

b.1.) _____

b.2.) _____

(...)

CLÁUSULA OITAVA - PARTICIPAÇÃO DA RENUMERAÇÃO:

I) Considerando o valor total do contrato a que se alude na Cláusula Primeira, cada uma das consorciadas fará jus aos seguintes percentuais de participação na renumeração a ser paga entidade contratante:

a) empresa _____, ____% (.....)

b) empresa _____, ____ % (.....)

(...)

CLÁUSULA NONA – DEPESAS - Cada empresa consorciada será responsável pelas despesas necessárias à consecução de sua cota parte na execução do objeto do atendido contrato, inclusive no que diz respeito a tributo e outros custos incidentes sobre a parcela da renumeração.

CLÁUSULA DÉCIMA – COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES-
I) As empresas consorciadas comprometem-se entre si a responder individualmente pelas que cada qual assumiu **,** no entanto, todas as consorciadas comprometem-se perante a_____(nome da licitadora)_____, ao cumprimento da totalidade do objeto do contrato referido na Cláusula

Primeira, pelo que serão solidariamente responsáveis por qualquer inadimplemento e irregularidades do indigitado ajuste, seja de que natureza for.

CLÁUSULA DÉCIMA –PRIMEIRA- COMPOSIÇÃO DO CONSÓRCIO – As consorciadas assumem o compromisso de não alterar a composição do consórcio, sem que haja prévia e escrita anuência da _____(nome da licitadora)_____

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA- DO FORO: É competente o foro da cidade de Santos, estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para a diligência de eventuais divergências entre as partes, resultante deste instrumento que não possam ser solucionadas de comum acordo entre os representantes das consorciadas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente pacto, em ____(___) vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para a _____(nome da licitadora) _____, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

Santos, _____ de _____ de 2026

_____(consorciada)_____

_____(consorciada)_____

Testemunhas:

_____ _____

ANEXO XIII

TERMO DE COMPROMISSO DE CONSÓRCIO

Pelo presente instrumento, as signatárias, com vistas à participação no Pregão Eletrônico nº 05/2026, assumem o compromisso de efetivamente formalizarem a constituição de consórcio, caso vençam a licitação em apreço, pelo que declaram desde já que:

Indico_____(Indicação clara do nome e qualificação das consorciadas e participação de cada qual no consórcio, sem prejuízo de sua responsabilidade solidária);

A empresa _____, será a líder do consórcio;

Confiro ao líder amplos poderes para representar os consorciados na licitação, em especial: transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação.

O prazo de duração do consórcio, será de _____(_____) meses ou até o cumprimento de todas as obrigações contratuais;

As consorciadas serão responsáveis solidariamente pela execução total do contrato, em todos os seus termos.

_____,_____ de _____ de 2026

_____
(Nome da empresa e de seu representante legal)

_____
(Nome da empresa e de seu representante legal)

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Empresa ....., inscrita no CNPJ n°..... .., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., **DECLARA,** sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como **MICROEMPRESA-ME / EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 43 da **LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06**.

_____

(Local e data)

_____

(representante legal)